

Artefatos de memória e representações nas mídias

Luís Carlos Lopes¹

Resumo

O trabalho intitulado Artefatos de Memória e Representações nas Mídias versa sobre a presença social e midiática de representações, entendidas como artefatos/significações, relativas ao passado/presente histórico. Afirma que estes podem ser compreendidos como construções ideológico-representacionais. Discute as teorias da memória e representação, buscando alternativas críticas ao que está posto e suas possíveis interfaces com os estudos comunicacionais. Procura compreender a relação entre a emissão e a recepção das mensagens jornalísticas e televisivas, sob o ponto de vista de suas significações. Dá especial ênfase ao caso brasileiro, tratando de temas que são recorrentes nas emissões midiáticas do país. Por isto, também se refere à compreensão dos padrões comunicacionais estabelecidos pelas grandes redes informacionais, buscando entender seus mimetismos e recorrências.

Palavras-chave: memória; mídias; representações.

Abstract

This article discusses the social and media existence of representations. Such representations are considered as artifacts or signals related to a historical present or past. The author points out that they may be comprehended as representative-ideological structures. He also discusses the theories of memory and representation, trying to find out new points of view and their relationships with communicative studies in general. He intends to understand the relationship between the act of emitting and receiving media messages, according to its own meaning. He gives emphasis to a Brazilian media case, throughout a debate of the most usual themes presented in that country. Finally, the author makes references to the communicative patterns adopted by the most important informational networks, in order to understand their mimesis and recurrences.

Keywords: memory; media; representations.

¹ Luís Carlos Lopes é professor adjunto IV do Departamento de Comunicação Social e membro do corpo permanente do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense.

Introdução

O que chamamos de artefatos de memória seriam informações contendo algumas significações (implícitas e explícitas) possíveis de serem detectadas como marcas/vestígios, em emissões das mídias nos gêneros de ficção, humorismo e jornalísticos, em especial, os que enfocam temas específicos de natureza histórica e social. Estas significações, presentes nestes discursos, basear-se-iam em fatos e processos identificáveis como ‘históricos’.

A produção de artefatos de memória é compreendida como a construção de representações latentes no universo das mídias mais influentes. Não que as menos influentes não possam também construí-los. Entretanto, acredita-se que a televisão, os jornais e as revistas socialmente visíveis são fundamentais no mundo presente na representação de determinados aspectos retrospectivos da vida social brasileira. Possivelmente, isto se repete em outros países, com variações a serem consideradas. Há um lócus destes artefatos, um modo de olhar o passado que é centrado, não podendo ser de outro modo, na experiência vivida pelas gerações anteriores

Compreendem-se, também, estes artefatos como construções ideológico-representacionais que remetem ao nosso passado, sendo ressocializadas por efeito da comunicação midiática contemporânea. Parte-se do princípio de que representam séries temáticas e miméticas que povoam o modo de ver problemas de nosso passado e conseqüentemente do presente, compartilhados e compartilháveis no mundo da vida social. Portanto, existiriam padrões comunicacionais, modos de ver o passado, de acordo com o ‘edifício simbólico’ presente.

Joel Zito Araújo em *A Negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira* (2000) fez pesquisa sobre o tratamento dado a temas – marcas/vestígios – de natureza histórica, antropológica e social (escravidão, cultura, racismo etc) no gênero da ficção (telenovelas), reconstruindo a própria história da TV no Brasil. Trabalhou *avant la lettre*, com artefatos de memória, cobrindo um largo período e uma série temática específica. Apesar da inegável importância destes temas, não são únicos, sendo articulados ou articuláveis com conjuntos das demais séries temáticas existentes e definindo os sentidos de suas intertextualidades e interimagéticas.

Conceitos de memória

Uma das questões teóricas que nos aflige é a do conceito de memória, tanto quanto sua historicidade, como sua importância nos debates contemporâneos das ciências sociais. Acredita-se que há um ‘abuso’ de uso deste conceito, em especial, no uso da palavra memória, muitas vezes no lugar de história, cultura, crenças, ideologias, discursos, arquivos, percepções coletivas e individuais. Segundo alguns autores, haveria uma memória que guardaria hermeticamente segredos e que seria, geneticamente, boa, acima de quaisquer suspeitas. Desconfiamos desta visão que santifica o termo e possibilita que seu uso saia de qualquer controle racional.

Falar em memória, para muitos, é falar de algo puro, um tesouro que estaria a ser descoberto. De modo notável, na década de 1980, os projetos memória tomaram conta das ciências sociais, que se voltaram para a idéia de se fazer resgates, encontrar elos perdidos, a voz dos vencidos e outras coisas do gênero. Preferimos descer ao chão e entender o conceito de memória como uma das possibilidades de se analisarem os discursos sociais, com o cuidado de não ser enfeitado por soluções semânticas formalistas, sem conteúdo possível de ser validado e interpretado. Para nós, os discursos

sociais são necessariamente híbridos, portando em seus cernes representações do material e do simbólico.

Seguindo estudos anteriores do autor deste projeto, feitos na Universidade de Montreal, pode-se lembrar que o uso do termo memória, além de muito antigo, continua gerando bastante polêmica. Trata-se de uma palavra usada por muitos especialistas em sentidos, por vezes, diametralmente opostos. O sentido original do termo seria a capacidade humana de guardar no cérebro impressões das experiências vividas. Normalmente, distingue-se esta capacidade em termos de duração e referência temporal em três níveis: longo, médio e curto prazo. No primeiro e no segundo, estariam guardadas as impressões referentes as nossas identidades, conformada em nossas histórias de vida, enquanto indivíduos e membros do entorno social. No último, estaria a nossa capacidade operacional imediata, que nos permitiria lembrar à noite do que fizemos pela manhã e ao mesmo tempo acessar às lembranças de fatos antigos, em uma simples conversa ou autoreflexão. A dualidade representada pela ‘guarda’ e ‘operação’ demonstra a unidade da memória humana, para além de nosso esforço cartesiano de fracionar para compreender.

Desde há muito, procura-se entender a memória por vários ângulos, tentando-se deslindar seu papel na construção das mentes humanas e sua importância no processo social.

Frances Yates (1966; 1975), autora de um volume erudito sobre a “arte da memória”, explicou que se referia a um fenômeno que contribuiu para a formação da cultura ocidental nos últimos 2.500 anos. Antes da chegada da impressão, e antes mesmo que se pudesse tomar notas, para retransmitir mais tarde oralmente ou por escrito, foi desenvolvida esta técnica entre os mais cultos, a fim de conservar ou escrever de memória e com precisão sobre um assunto determinado.

Na Roma de Cícero, os longos discursos podiam ser memorizados com a ajuda das técnicas mnemônicas existentes. Atualmente, tem-se a edição, a publicação, o uso da intertextualidade, dos arquivos, das bibliotecas, dos computadores e da possibilidade de ‘manter’ a memória por meio dos recursos midiáticos distribuídos socialmente. Portanto, pode construir e reconstruir os ‘artefatos de memória’, desde que se respeitem padrões básicos, possivelmente quase sempre desconhecidos ou pouco conscientes.

Na Antigüidade clássica, este conhecimento fazia parte, preferencialmente, da retórica e da arte oratória. Em seguida, transformou-se em um assunto filosófico recorrente para, finalmente, perder sua importância na época final do renascimento artístico e científico europeu. Durante muito tempo, a memória foi entendida como algo mágico, logo, um segredo dos protegidos dos deuses greco-romanos. Mais tarde, foi também associada à cosmogonia cristã e pagã. No medievo, foi associada às representações do simbólico, da transcendência atemporal do ser e das coisas.

Yates escreveu sobre a construção de uma “memória artificial”, falou sobre uma “escritura interior” como sendo uma técnica de retenção derivada da “associação por semelhança”, tal como preconizava Aristóteles. As conhecidas imagens medievais de características geométricas são recursos da arte da memória, a saber: o quadrado - os quatro elementos - ; o triângulo - deus pai, deus filho e o espírito santo - ; os círculos do zodíaco que representam o céu; os círculos do inferno do poeta Dante da Divina Comédia; a árvore do conhecimento com os seus braços e seus frutos desenhados; as escadas levando ao céu; os desenhos das cidades com a indicação de nomes, de conceitos e de lugares; etc. Enfim, toda uma tendência de representação dos conhecimentos por imagens, e, por vezes, pela arquitetura e pela estatuária.

A idéia fundamental da ‘arte da memória’ reside no princípio de associação entre as palavras ou conceitos aos lugares e às imagens. Trata-se de uma

mneumotécnica arquitetural, porque estabelece uma ligação entre as partes de um todo; tomando-se, por exemplo, um prédio, uma cidade - lugares e imagens -, um discurso ou qualquer outra coisa que se deseje reter ou guardar na lembrança. Estas construções lógicas permitiram sensivelmente a expansão das possibilidades mentais. Segundo Yates, a arte da mnemônica chegou ao seu apogeu e também a sua forma mais mágica com Giordano Bruno (1548-1600), o célebre filósofo italiano que foi executado na fogueira por decisão da Inquisição.

Yates não explorou as possibilidades desta ‘arte’ no processo de comunicação, servindo para emular idéias para o conjunto da vida social. Restringiu seu estudo no universo da produção/emissão da memória, sem – certamente por ausência de fontes e devido a natureza de seu enfoque – estudar a recepção social dos ‘artefatos’ produzidos. A oralidade e a imagética, apontadas pela autora, não se vinculariam às necessidades de comunicação interpessoal em sociedades pré-letradas? E se, em nosso tempo, o da sociedade de massas, a necessidade de uma ampla comunicação rápida e, por vezes, instantânea tiver gerado modos de construção próprios – humanos e maquínicos – de se construir artefatos e padrões de memória?

Após Bruno, a memória continuou sendo vista como uma faculdade do espírito, uma possibilidade de a alma reter informações sobre o passado. Não se buscava mais a construção de uma arte por iluminados. O caráter mágico da memória, porém, foi mantido, ficando fortes raízes na cultura ocidental. A memória, no substrato desta cultura, continuou sendo vista como algo transcendental, imutável e intocável, portanto, divino. Esta perspectiva do problema foi seguida por vários autores e explica, parcialmente, o mencionado uso abusivo do conceito, resultando em vários equívocos.

Henri Bergson, em seu *Matéria e Memória* (1896; 1939; 1999), retomando o velho debate sobre os significados desta ‘arte’, entendeu a ‘memória’ como “algo diferente de uma função do cérebro”, o que serviu de base para a obra clássica de Maurice Halbwachs, escrita a partir do olhar sociológico e antropológico do tema (1950; 1997). Este último autor trabalhou com o polêmico conceito de ‘memória social’ de grande impacto nas últimas décadas do século XX, em especial, no campo dos conhecimentos historiográficos, sociológicos e antropológicos.

Jacques Le Goff (1977; 1988), nos pressupostos do estruturalismo francês, interpretou a noção de memória como uma *notion-carrefour* e foi o principal responsável, nas últimas décadas, pela difusão internacional da visão e valorização da memória como categoria explicativa do social. Suas hipóteses exerceram poderosa influência no conjunto das ciências sociais.

Comunicação, representações e memória

Partimos do pressuposto da artificialidade do processo comunicacional e informacional. Entende-se a ambos como representações, isto é, construções ideológicas e mentais compartilhadas socialmente. Pensa-se que a teoria da representação tem aportado contribuições significativas para o entendimento de como se processam a produção de dados e as trocas simbólicas. Portanto, os ‘artefatos de memória’ seriam parte das representações mentais compartilhadas entre as mídias e o público, um olhar sobre o passado que precisa ser legitimado e validado pelos receptores para ter funcionalidade social.

Seguindo-se outros esforços de pesquisa do autor deste texto, destaca-se a obra de Hilary Putnam. Ele vem discutindo o problema da teoria da representação, voltado para as questões das novas tecnologias e sociabilidades, enfatizando seus impactos no

pensamento contemporâneo. Sem escrever especificamente sobre comunicação, este autor tem apontado teorias que incidem sobre o nosso campo de pesquisa e reflexão.

Um dos limites da obra de Putnam consiste em centrar sua análise no comportamento individual, fazendo isto sob forte influência das chamadas ciências cognitivas e do meio sócio-acadêmico em que vive. Entrando, em aparente paradoxo, o autor destaca a interação social do processo de representação/comunicação, mas, parte, seguindo o gosto norte-americano, da relação dos indivíduos com esta. Para nós, é preciso valorizar o caminho inverso, partindo-se das mídias para os grupos sócio-culturais em que se divide a sociedade brasileira contemporânea.

Interpretando-se Putnam de modo não-literal, pode-se dizer que a construção de representações é um resultado da atividade mental em interação com o ambiente externo. Esta vinculação entre o que ocorre fora e o intrapsíquico seria a essência do processo comunicacional. Os filtros internos seriam: a caixa dos desejos, onde estariam estocadas as nossas pulsões e vontades; a caixa das crenças, onde seriam guardadas as representações básicas do mundo, apreendidas pouco a pouco, e que serviriam para triar, assimilar ou negar, em diferentes graus, novas crenças; o fundamento moral, também uma crença, que transcenderia e emularia as duas caixas.

O mesmo autor defende a significação holística, afastando-se do positivismo e do estruturalismo. Para ele, os fenômenos significam na sua integralidade e mantêm suas identidades ao longo do tempo, mesmo que alterem suas essências. Chama a atenção para as mudanças ocorridas nas crenças dominantes em determinada época. Isto é, para ele, mais plausível do que a idéia de mudanças nas significações. Hierarquiza, portanto, a crença sobre a significação. Discute a linguagem como depositária das representações/significações, discordando da existência de uma língua mental específica, dissociada das crenças, dos desejos e da experiência humana. Trabalha em termos de protótipos de percepção que nos permitem, por exemplo, reconhecer que determinada novela seja 'de época' e não reflita, de modo direto, problemas hodiernos.

As proposições da hermenêutica, sobretudo da hermenêutica crítica de Habermas, podem ajudar a compreender melhor os significados dos 'artefatos de memória' propostos pelas mídias. Deste viés, o estudo dos discursos inclui o estudo de seus produtores e receptores, completando-se o círculo hermenêutico, o que resulta na compreensão das significações.

Os artefatos e a comunicação

As questões empíricas que enfatizamos, em consonância com os problemas teóricos acima descritos, são, dentre outras, a de como se pode perceber no discurso midiático contemporâneo o uso de referências a fatos e processos históricos. Acredita-se que existam padrões pré-estabelecidos, um roteiro de preconceitos fundados na nossa cultura e práticas sociais, que são ampliados e dialogam no sentido sociedade - mídias e vice-versa. Pensa-se que a compreensão destes 'artefatos de memória', contidos nestes padrões, é fundamental para que se entenda a complexa teia de relações estabelecidas entre os meios de comunicação e sua emulação social.

Pensando-se no caso brasileiro, onde a comunicação oral ainda exerce função fundamental na construção de nossos 'edifícios simbólicos', e onde há uma estreita vinculação entre esta modalidade de comunicação e as mídias; acredita-se na estreita vinculação destes discursos com padrões de memória construídos pelas mídias e, possivelmente, reconstruídos pelo público.

As mídias, para formar os padrões de memória, coletam e alimentam repetidamente o que alguns chamam de imaginário e outros de memória social.

Preferimos, baseados em Habermas (2000), sem interpretá-lo literalmente, chamá-los de “redes intersubjetivas”, onde circulariam as representações do passado e do presente imediato, incluindo nelas as que se refiram tensões inerentes às organizações sociais contemporâneas. Neste modo de ver o problema, os conceitos tradicionais de imaginário e memória social ficam prejudicados. A crença na existência de ambos enfrenta o problema de suas localizações nos espaços dos mundos da vida material e simbólica. As redes são espaços de comunicação mantidos entre os entes de uma sociedade. Portanto, são fluídas e só existem quando a comunicação se faz. Estariam presentes quando os indivíduos conferem entre si, mesmo se mediados por máquinas, o que pensam e em que acreditam.

Existiria a memória individual, isto é, o registro cerebral da experiência vivida que seria lida e relida pela subjetividade humana ao longo da existência. A experiência contemporânea dos projetos de ‘história oral’ demonstra que a ‘lembrança individual’ não é igual aos fatos passados e que o modo que estes são narrados pelos entrevistados refletem também os seus percursos sócio-históricos e, especialmente, o momento em que o depoimento está sendo colhido. As discrepâncias e redundâncias dos testemunhos coletados são indicativos de pertencimentos ou não-pertencimentos, no tempo e nos espaços referidos, a determinadas redes intersubjetivas.

Não há como manter uma memória pura e cristalina. Se aceitarmos a idéia da memória como representação, temos que entendê-la como uma construção simbólica do que aconteceu ou se imaginou ter ocorrido e não podemos creditar a qualquer relato, a condição de expressão exata e inquestionável. Para conseguirmos a aproximação mais consistente do que ocorreu, temos que interpretar o testemunho, confrontá-lo com outras fontes e compreendê-lo à luz das condições de sua criação.

As redes intersubjetivas serviriam para legitimar, por meio da troca de mensagens entre seus participantes, a versão construída pelos que testemunharam ou ouviram testemunhos referentes ao passado. Estes testemunhos, podem ou não ser registrados em suporte externo a nossa natureza biológica. Se não o forem, isto é, se existirem apenas nas memórias cerebrais, fazem parte da cultura oral dos grupos sócio-culturais e se manterão relativamente íntegros por certo tempo. A tendência é que pouco a pouco sejam transformados e travestidos em novas referências. Se registrados em suportes físicos exteriores (escrita, fotografia etc.), produzem arquivos que podem ser interpretados por profissionais ou por aqueles que vivenciaram de fato de modo direto ou indireto o conteúdo destes registros. Estes também são úteis para a construção das memórias individuais dos que não tiveram qualquer relação direta com o que se passou, assim como podem ser legitimados em diferentes graus pelas redes intersubjetivas. Portanto, retroalimentam as percepções do passado.

As mídias, na contemporaneidade, são fundamentais para este processo se desenvolva. Elas detêm arquivos que podem ser usados e novamente usados indefinidamente. Fazem uso, igualmente, de arquivos produzidos por outros tipos de instituição ou pessoas, capazes de fornecer informações para a produção de visões do passado. Há sempre um olhar, uma seleção de idéias em textos, imagens e sons. A interpretação da fonte utilizada agrega novos valores ao que é exibido, transmitido, escrito etc. Por sua vez, os receptores das mensagens as lerão de acordo com suas percepções previamente definidas, em um processo contínuo ao mesmo tempo mimético e adaptativo, que inclui possibilidades de conservação e ruptura.

As percepções do passado, assim com as do presente, são construções onde emissores e receptores são cúmplices, dentro das possibilidades de poder de cada participante. A memória, entendida como representação, gera padrões que fazem parte da estruturação simbólica da vida social, podendo auxiliar na definição dos desejos e

valores morais (comportamento) dos grupos sócio-culturais envolvidos. Seu papel consiste na localização no tempo, na construção da percepção do que houve antes, das origens e fundamentos das culturas e das divisões sociais intestinas, vistas por seus aspectos simbólicos.

O não-conhecimento, as omissões e as novas versões modificadas relativas ao passado não são casuais. Fazem parte do processo contínuo de reconstrução da memória, da alimentação das redes intersubjetivas, o que consiste na essência do processo de inculcamento ideológico. Têm um papel similar ao que é reconhecido como origem e aceito como correto pelas redes intersubjetivas e pelos sujeitos, individualmente. Portanto, há sempre valores normativos (morais) na construção da memória. Não é casual que, no Brasil, os descendentes de imigrantes contem histórias sobre seu passado, ou aceitem versões midiáticas, por vezes, longínquas da factualidade; esta pode ser conhecida a partir da pesquisa interpretativa nessas e em outras fontes. Assim como é compreensível que os afrodescendentes saibam pouco sobre a escravidão brasileira. A memória é uma construção, uma representação do passado que tem funções claras no processo de organização sócio-político de agora, assim como de antes.

Se o processo comunicacional é estruturante da vida social, um dos seus elementos-chave consiste no modo como os entes sociais percebem sua própria história. A cada época, as forças em disputa e, especialmente, as que estão em posição de maior poder, injetam no senso comum e na tradição, suas versões do passado, suas representações das origens dos fenômenos coevos. As forças que têm poder reduzido recebem estas mensagens de modo ativo, as reconstruindo de acordo com suas percepções do mundo que as envolvem. No mundo em que vivemos, as mídias têm importante papel neste processo de criação, manutenção e desenvolvimento do simbólico e, conseqüentemente, da própria vida social. Elas fazem a mediação social contemporânea, servindo de veículo para formação das consciências e respectivos comportamentos.

As identidades dos grupos sócio-culturais são perceptíveis no modo em que eles se vêem no espelho de suas redes intersubjetivas e nas relações que estas estabelecem entre si. A diferenciação e a aproximação em movimento existentes neste processo consistia no que se pode chamar de identidade, elemento sempre fluido e plástico, tal como as culturas de onde se originam. Portanto, os tão mencionados 'patrimônios culturais' – objetos e registros físicos que documentam o simbólico das populações – só ganham sentido se as sociedades os utilizam, recorrendo aos mesmos na produção de suas culturas e identidades. Caso contrário, significam pouco no mundo da vida dos homens e das mulheres.

Conclusões

Apesar de diversos problemas, dúvidas e dificuldades não é possível negar que o fenômeno comunicacional está e estará no centro das preocupações de inúmeros estudiosos e críticos da pós-modernidade. As evidências são claras. Vivemos num mundo onde a informação está imbricada à maquinaria atual e ao modo de ser das pessoas. A comunicação maquínica das informações representa e representará cada vez mais um papel cêntrico na vida social por contribuir nas grandes decisões, cortes, mudanças e conservações que caracterizam os problemas contemporâneos. Esta mesma modalidade de comunicação é responsável pela construção dos padrões de memória, a partir da coleta dos mesmos na vida social, agregando-lhes um certo grau de uniformização, generalização e de mergulhos ocasionais em temas específicos.

Acredita-se que as tradicionais teorias sobre a memória, no campo das ciências sociais, não dão conta das relações estabelecidas entre a sociedade e as mídias. Necessitando-se, por isso, de novas abordagens teóricas, a partir da compreensão da construção da memória como representações compartilhadas e compartilháveis. Por isso, pensa-se que o problema pode ser mais bem abordado, como alguns autores o trataram, por meio das teorias da interpretação, representação e significação, tais como Habermas, Ricoeur e Putnam.

A intertextualidade e a interimagética são recorrentes nas mídias. Crê-se que o poder uniformizador destas no estabelecimento dos 'artefatos de memória' é, possivelmente, inquestionável. Vê-se, também, que estes artefatos vinculam-se firmemente à vida social e ao tempo onde são produzidos. Portanto, uma abordagem crítica do problema exige maior atenção para as finalidades e condições de elaboração e recepção.

A presença dos artefatos de memória nos jornais, revistas, rádio e na programação da TV é inegável. Não é difícil detectar nos discursos emitidos por estes veículos, significações - registradas em marcas/vestígios - que refletem o modo como se constroem e reconstróem os temas relativos ao nosso passado histórico entendido de modo não-linear. Acredita-se que se podem estabelecer séries temáticas e modos repetitivos (padrões) de se conceberem ou construírem textos e imagens recorrentes sobre fatos e processos passados.

O que interessa não são os fatos e os processos em si mesmos e sim suas marcas discursivas, na forma de, por exemplo, conceitos morais, preconceitos sociais, fragmentos de determinadas ideologias, tradições, sentidos comuns, uso de referências a fatos históricos (que também são construídos como tais) etc. Os artefatos são construções discursivas incompletas e pouco definidas, flutuam como folhas ao vento, interferindo de modo imperceptível para seus usuários no processo de construção dos padrões de memória.

As emissões midiáticas geram a existência desses padrões de memória pré-estabelecidos e possivelmente circulares. Acredita-se que eles permeariam o universo das mídias e da sociedade, sem maiores distinções entre ambas. Fazem parte da cultura geral do país e da(s) sua(s) identidade(s). Entendendo-se cultura, não no sentido patrimonial habitual e sim no proposto por Canclini, significando uma interação dialética (móvel e intercambiante) entre o social e o cultural.

Estes padrões são formulações construídas na relação entre a sociedade e as mídias e vice-versa. Suas existências são detectáveis por meio da repetição quase simétrica dos esquemas narrativos. Definem como se deve abordar determinado fenômeno social ou histórico, portanto, são molduras e indicadores para a construção, por exemplo, dos roteiros de telenovelas. Funcionam como uma espécie de autocensura, a qual, no período ditatorial (1964-1984), convivía e submergia com a censura de Estado.

O fim da censura governamental fez com que esses padrões pudessem ser observados de modo mais nítido. Há, em um exemplo, as formas de falar de política na grande imprensa, que é caracterizada por jamais usar o modo direto, sempre tangenciando estas espinhosas questões, sem parti pris ou exposição de qualquer fratura maior. Obviamente, há exceções, tais como válvulas de escape, normalmente destinadas a públicos mais seletos em horários mais tardios ou construídas com o recurso de falar de uma forma só compreensível por determinadas fatias do público.

Para se interpretar estes padrões de memória também existentes nos programas de auditório, talk-shows, humorísticos etc é necessário, em nosso modo de ver o problema, vê-los de fora para dentro. É preciso localizá-los e partir dos artefatos de

memória que servem para estruturá-los. Se, por exemplo, temos evidências que o racismo no Brasil é retroalimentado pelas mídias, teríamos que comprovar isto analisando as marcas e vestígios de nossas relações raciais e o modo que o problema é, por elas, articulado. A partir daí, podemos chegar aos padrões midiáticos brasileiros de tratar as questões raciais.

No que se refere à imprensa, existe uma relativa unidade dos padrões de memória no uso de diferentes meios de comunicação, hoje, a disposição dos jornalistas (jornais, revistas, rádio, TV, Internet, livros etc). As pautas são interligadas, mesmo com a conhecida autonomia relativa de cada meio. O aumento do uso das agências de notícias internacionais e nacionais, a ação das assessorias de imprensa, a emergência do jornalismo eletrônico em real time e o uso sistemático das entrevistas das mais diversas naturezas geram uma pauta básica seguida pelos meios, que funcionam como vasos intercomunicantes repetindo, com nuances, a receita global. Se há um evento de maior magnitude, as mídias o reverberam e o enquadram nos padrões de memória pré-existentes.

A unidade dos padrões de memória consiste em expressão da unidade do discurso midiático construído desde há muito, com seus próprios modos de expressão peculiares. Este discurso, mesmo que incorpore também origens internacionais, adapta-se às exigências comunicacionais nacionais e locais, atendendo a demanda dos receptores que o reconstróem. Por isso, redes poderosas de TV e da imprensa escrita, mantêm uma programação jornalística, ao mesmo tempo, geral (nacional ou regional) e específica (local ou particular), dirigindo-se ao grande público e descendo aos receptores locais, membros de grupos sócio-culturais próprios, que cimentam a existência do público maior. Não há, para os interessados, como fugir deste esquema, sob pena de não se atingir o principal objetivo, que consiste em influenciar mais e mais pessoas.

Os artefatos de memória são fragmentos informacionais mantidos pelas culturas, veiculados ou não pelas mídias, que permitem a construção dos padrões de memória. Os primeiros são idéias compreendidas, quase sempre de modo obscuro e subjetivo, como dados de origem, impressões do passado, raízes etc. Os segundos consistem em estruturas operacionais dos primeiros, formas de pensamento mais complexas e organizadoras do tecido social. São crenças estruturadas, instaladas nas redes intersubjetivas, comunicadas entre seus sujeitos, validadas e vivenciadas como se fossem naturais.

Quando dizemos no Brasil, na linguagem corrente do senso comum, que “o brasileiro não tem memória”, estamos revelando um padrão. Este seria um modo operacional de comunicar os nossos preconceitos sobre nós mesmos, nossa auto-inferiorização etc. Este padrão só pôde ser construído a partir de vários artefatos, tais como os mitos da inferioridade racial do negro, índio e do próprio colonizador reverberados há muito tempo através de nossas redes intersubjetivas.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Joel Zito. **A Negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira**. São Paulo : SENAC. 323 pp.
- BARBOSA, Marialva Carlos. “Estudos da recepção ou como completar o circuito da comunicação.”. In: **Ciberlegenda**, n. 1, 1998, Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação. UFF. <http://www.uff.br/mestcii>.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulação**. Lisboa : Relógio d’água, 1991. 201 pp.
- BERGSON, Henri. **Matéria e Memória: ensaio sobre a relação entre o corpo e o espírito**. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- BERLIN, Isaiah. **O sentido de realidade**. Rio de Janeiro : Civilização brasileira, 1999.
- BOUGNOUX, Daniel. (Org.) **Sciences de l’information et de la communication**. Paris : Larousse, 1994. 809 pp.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 2 ed. São Paulo : Perspectiva, 1987. 361 pp.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro : Bertrand, 2000. 311 pp.
- BRETON, Philippe, PROULX, Serge. **L’Explosion de la communication**. 3 ed. Montréal : Boréal, 1994. 341pp.
- BRETON, Philippe. **L’utopie de la communication: le mythe du village planétaire**. Paris : La Découverte, 1997. 172 pp.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Trad. Eloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 2 ed. São Paulo : EDUSP, 1998. 385 pp.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos culturais da globalização**. Trad. Maurício Santana Dias. 2 ed. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 1999. 292 pp.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Cultura y comunicación: entre lo global y lo local**. La Plata (Argentina) : Universidad Nacional de La Plata, 1997. 133 pp.
- DAMÁSIO, Antônio. **O mistério da consciência**. São Paulo : Cia. das Letras, 2000.
- DOSSE, François. **L’empire du sens: l’humanisation des sciences humaines**. Paris : La Découverte, 1995. 430 pp.
- ECO, Umberto. **Interpretação e superinterpretação**. São Paulo : Martins Fontes, 1993. 184 pp.
- FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.), ABREU, Alzira Alves de, FARIAS, Ignez Cordeiro, DIAS, José Luciano de Mattos et al. **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro : Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.
- FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro : FGV, 1996.
- FEYERABEND, Paul K. **Three dialogues on knowledge**. U.K. : Basil Blackwell, 1991. 167 pp.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis : Vozes, 731 pp.
- GUSDORF, Georges. **Auto-bio-graphie: lignes de vie 2**. Paris : Odile Jacob, 1991.
- GUSDORF, Georges. **Les écritures du moi: lignes de vie 1**. Paris : Odile Jacob, 1991.
- HABERMAS, Jürgen. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. **De l’éthique de la discussion**. Paris : CERF, 1992. 202 p.
- HABERMAS, Jürgen. **Dialética e hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer**. Porto Alegre : L&PM, 1987. 136 p.

- HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo : Martins Fontes, 2000. 540 pp.
- HALBWACHS, Maurice. **La mémoire collective**. Paris : PUF, 1968.
- Le GOFF, J. **Le lieux de mémoire**. Paris : Gallimard, 1985.
- Le GOFF, J.. **História e memória**. 2 ed. Campinas : Unicamp, 1992.
- LOPES, Luís Carlos. (Org.) **Anais do Encontro de História e Documentação Oral**. Brasília: UnB, 1993.
- LOPES, Luís Carlos. “A informação: a mônada do século XX”. In: **Ciberlegenda**, n. 1, 1998, Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação. UFF. <http://www.uff.br/mestcii>.
- LOPES, Luís Carlos. “Representação e significação nos fenômenos comunicacionais.” In: **Ciberlegenda** n.5, 2001, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação.UFF. <http://www.uff.br/mestcii>.
- LOPES, Luís Carlos. “A crítica à imprensa e seus problemas normativos” In: **Ciberlegenda** n.6, 2001, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação.UFF. <http://www.uff.br/mestcii>.
- LOPES, Luís Carlos. “Ciências da comunicação, possibilidades e problemas”. **Ciberlegenda**, n. 3. 2000. Revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação. UFF. <http://www.uff.br/mestcii>.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. **Dos meios às mediações**. .Rio de Janeiro : Editora UFRJ, 1997.
- MARTÍN-BARBERO, Jesus. ”Medios: olvidos y desmemorias. Debilitan el pasado y diluyen la necesidad de futuro“ In: **Ciberlegenda** n.6, 2001, Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Imagem e Informação.UFF. <http://www.uff.br/mestcii>
- MCLUHAN, Marshall. (1911-1980) **Pour Comprendre les médias: les prolongements technologiques de l'homme**. Tradução do inglês por Jean Paré. 2 ed. Québec : Hurtubise, 1993. 561 pp.
- PUTNAM, Hilary. **Représentation et réalité**. Paris : Gallimard, 1990. 224 pp.
- RICOEUR, Paul. **O conflito das interpretações: ensaios de hermenêutica**. Rio de Janeiro : Imago, 419 pp.
- RICOEUR, Paul. **Interpretação e ideologias**. 4 ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1990. 172 p.
- RUDIGER, Francisco. **Comunicação e teoria crítica da sociedade: Adorno e a escola de Frankfurt**. Porto Alegre : EdiPucRS, 1999. 261 pp.
- SFEZ, Lucien. **Crítica da comunicação**. Lisboa : Instituto Piaget, 1990. 368 pp.
- SFEZ, Lucien. **La santé parfaite: critique d'une nouvelle utopie**. Paris : Seuil, 1995. 398 pp.
- WOLTON, Dominique. **Penser la communication**. Paris : Flammarion, 1997. 396 pp.
- YATES, Frances A. **L'art de la mémoire**. Paris : Gallimard, 1975.
- ZIZEK, Slavoj. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.